

**PROFISSÕES EM VIAS DE DESAPARECIMENTO: A IDENTIDADE DOS
TRABALHADORES DE OFÍCIO FRENTE À OFENSIVA DO CAPITAL**

*Professions disappearing: the identity of craft workers
facing the offensive of capital*

TRINDADE, Gestine Cássia¹
NOSELLA, Paolo²

RESUMO

Este estudo teórico investiga a temática das profissões em vias de desaparecimento. O objetivo é identificar questões que caracterizem o processo do desaparecimento dos trabalhadores de ofício frente às novas configurações da organização do trabalho e do emprego; e examinar peculiaridades da identidade destes trabalhadores. O estudo apóia a afirmação da sociedade do trabalho, inserindo a temática no próprio movimento histórico, não como fator circunstancial, mas como ofensiva do capital, ora validando ora fazendo recuar a identidade da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Trabalho; Capital; Trabalhadores de ofício; Profissões em vias de desaparecimento; Identidade.

ABSTRACT

This theoretical study investigates the issue of disappearing professions. The objective is to identify questions that characterize the process of the disappearance of craft workers in the face of new configurations of work organization and employment and to examine the peculiarities of the identity of these workers. The study supports the contention of the company's work by inserting the subject in its own historical movement, not as circumstantial factor, but as offensive of capital, now validating sometimes rolling back the identity of the working class.

Keywords: Work; Capital; Craft workers; Professions disappearing; Identity.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP. Bolsista CAPES. E-mail: gestine@ibest.com.br.

² Doutor em Filosofia da Educação. Professor colaborador voluntário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP.

INTRODUÇÃO

Na peça literária *A Caverna*, o dramaturgo português José Saramago narra a trajetória profissional e de trabalho de um oleiro que fabricava cerâmicas artesanalmente na olaria da família e as comercializava no mercado local. Na peça, o dramaturgo registra o processo contraditório da relação capital e trabalho engendrado no desaparecimento do ofício de oleiro ante ao desenvolvimento das cidades, às tecnologias da indústria moderna e aos novos padrões de consumo.

Na história do capitalismo, muitas profissões, a exemplo da profissão do oleiro, foram e estão desaparecendo. É Saramago (2000, p.72) quem, veemente, declara: “Não demasiado antigas, há muitas profissões que desapareceram, hoje ninguém sabe para que serviam aquelas pessoas, que utilidade tinham.” Eis o objeto de estudo deste texto.

Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital, é concebido como um estudo teórico-conceitual que investiga a relação trabalho-profissão-emprego no contexto da nova configuração da organização do trabalho datada das últimas décadas do século XX.

O estudo caracteriza-se como uma tentativa possível de interlocução entre os campos do conhecimento da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Profissões. Nesta perspectiva, dois objetivos mobilizaram o percurso da teorização: a) caracterizar a nova configuração da organização do trabalho e do emprego, estabelecendo relação com o movimento histórico do desaparecimento das profissões e dos trabalhadores de ofício; b) pontuar a noção de identidade na perspectiva do exame de elementos peculiares à identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital.

Para fins desta exposição, optamos pela apresentação da temática em três partes. A primeira, contextual, traz um breve panorama das transformações do trabalho e do emprego em relação às profissões de ofício extintas ou que se encontrem em vias de desaparecimento. A segunda, conceitual, expõe a noção de identidade e as formas identitárias, à luz das pesquisas do sociólogo francês Claude Dubar,³ problematizando e atribuindo sentido à identidade das profissões e dos trabalhadores de ofício. E, por fim, são anunciadas as considerações conclusivas do estudo.

AS PROFISSÕES DE OFÍCIO E OS SEUS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO E DO EMPREGO SOB A LÓGICA DO CAPITAL

O capitalismo elege o mercado como prerrogativa condutora da vida em sociedade. “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2006, p.57).

³ Claude Dubar é professor de Sociologia da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-em-Yvelines e diretor do laboratório Printemps (Profissões-Instituições-Temporalidade), do Centro Nacional de Pesquisa Científica. Suas pesquisas se destacam pelas interlocuções entre educação, trabalho e emprego, especialmente na construção das identidades profissionais. Neste estudo, focalizamos duas das suas obras: *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação* (2006) e *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* (2005).

Na sociedade de mercado, o eixo produtivo foi alterado, isto é, a dominância do campo e da agricultura é deslocada para a dominância da cidade e da indústria. Trata-se de uma sociedade que rompe com os laços naturais e comunitários para orientar-se pelos laços sociais outorgados por meio de contratos. Saviani (2007, p.158) completa a explicação:

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria, que passou a executar a maior parte das funções manuais. [...]. Vê-se, então, que o fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho coincide com o processo de transferência para as máquinas das funções próprias do trabalho manual.

É evidente que as profissões e as suas trajetórias sempre estiveram sujeitas à estrutura da sociedade. Em consequência, não podemos assumir uma atitude de naturalização ou de indiferença frente às transformações que as esferas do trabalho e do emprego apresentem nos percursos históricos. Aued (2000, p.45) é perspicaz ao afirmar: “As profissões não têm existência em si mesmas, expressam uma totalidade, o que significa dizer que não são apenas as profissões que estão em turbulência.” Este é o debate que será processado na primeira parte deste estudo teórico.

O avanço do capitalismo industrial e da maquinaria, do século XIX aos dias atuais, produziu transformações progressivas na noção do trabalho de ofício, o substituindo por novas ocupações e profissões, pela especialização. Isso ocorreu e ocorre porque o trabalho reproduz o valor do capital, “a divisão social do trabalho [...] é condição para que exista a produção de mercadorias” (MARX, 2006, p.64) e “a maquinaria é meio para produzir mais-valia” (*idem*, p.427). Na lógica de funcionamento do capital, quanto maior a circulação das mercadorias maior o poder do dinheiro. Ele, o dinheiro, é a forma de riqueza sempre disponível e absolutamente social aceita pelo capital. Nesta sociedade, o dinheiro tornou-se o vínculo de todos os vínculos, o fundamento definidor de toda e qualquer relação social.

Foi a partir da década de 1970 que, no Brasil, a realidade do trabalho e do emprego passou a apresentar a configuração do capitalismo internacional propriamente dito. O desemprego, as novas formas de emprego, a precarização do emprego (trabalho informal, temporário, parcial e precário), o sobretrabalho, a degradação salarial, as formas de reestruturação produtiva concedidas pela passagem do taylorismo/fordismo para o toyotismo e a inserção cada vez maior das mulheres e da juventude no mercado são características da nova fase. Para resumir: “a antiga sociedade salarial, industrial, manual, conflitual e negociadora deu lugar a uma nova, terceirizada, informatizada, menos conflitual, mas menos regulada” (DUBAR, 2006, p.92).

Há muitos empregos, tanto relacionados à esfera da produção como à esfera dos serviços, que deixaram de existir porque as demandas da economia já não mais os requerem. Por outro lado, novos empregos reclamam por profissionais não incorporados pelos empregos extintos ou que se encontram em vias de desaparecimento em razão da exigência pela diplomação, formação e qualificação profissional impostas pelas tecnologias da indústria de ponta, pela *expertise* e pela filiação. Tais mudanças são acompanhadas por novas configurações nas relações de trabalho no que diz respeito ao poder, aos conflitos e às classes sociais, o que conduziu a classe trabalhadora para um processo de fragmentação e heterogeneização.

Uma parte dela mais e melhor se qualificou; outra, se desqualificou e se precarizou. Observamos, ainda, um refluxo das lutas coletivas e organizadas.

Perante às inegáveis transformações do trabalho e do emprego, as profissões e os trabalhadores vivem incertezas e instabilidades. Então, uma questão se torna imprescindível: e as trajetórias profissionais? Como ficam os trabalhadores frente à incerteza profissional e à instabilidade do emprego?

Em primeiro lugar, é importante esclarecer o que entendemos por profissão. A noção de profissão tem a sua origem na modernidade. Sua complexidade se liga aos contextos e às atividades a que o próprio termo se insere. Segundo Stevens (2003, p.40-41):

Falar simplesmente em “profissão” é, portanto, ignorar muitos problemas importantes. Primeiro, há diferenças substanciais entre uma mesma atividade em países diferentes; a maneira de se conceituar a atividade também pode ser completamente diferente. Mais ainda, o conteúdo do trabalho executado na mesma ocupação pode ser surpreendentemente diferente. [...]. Em um mesmo país, as diferentes profissões apresentam padrões variados.

Para conceituar profissão, Filson *apud* Stevens (2003, p.33) utiliza-se de quatro caracteres identitários:

Primeiro, que uma profissão é intelectual e exige um profissional que exerça seu julgamento e lide com um conjunto substancial de conhecimentos. Ela exige também um compromisso para o resto da vida com o estudo... Segundo, a profissão deve ser prática – seu conhecimento precisa ser aplicado à realidade e a preocupações reais. Terceiro, uma profissão possui técnicas e competências [...]. Quarto, uma profissão precisa ser organizada em associações e/ou grupos de profissionais.

Profissão envolve trabalho especializado, domínio do conhecimento no campo, autonomia e filiação.

Como anteriormente colocamos, são muitos os problemas e as questões que têm afetado as profissões e os seus trabalhadores: desemprego e subemprego, concorrência de outras profissões, competição por emprego, salários estagnados ou decrescentes, aumento da produtividade causado pela difusão tecnológica, erosão da base tradicional da clientela (FISHER *apud* STEVENS, 2003). Agrega-se aos problemas identificados, a fragmentação dos trabalhadores enquanto classe; a falta de perspectiva futura da profissão, de reconhecimento e de carreira; a concorrência e a competição que integram as empresas na globalização dos mercados, reduzindo empregos, deslocando atividades para a linha da prestação informal de serviços e racionalizando os recursos humanos na lógica da execução de atividades por competências.

A nova configuração da economia capitalista prescindiu muitas profissões e trabalhadores. “No caso brasileiro, o desaparecimento dessas profissões, está diretamente relacionado à forma como a indústria se desenvolveu no país” (AUED, 2005, p.53), ao aumento gigantesco do consumo e ao incremento da produtividade que sucumbiu quase que totalmente o trabalho de ofício e o trabalho de identidade taylorista. Portanto: “Uma profissão pode ser considerada extinta quando a época social que a funda também se extingue” (AUED, 2000, p.50).

Na grande listagem de profissões e trabalhadores extintos ou em processo de desaparecimento, fazem parte diversos e diferentes trabalhos ligados aos ofícios, dentre eles: os tecelões, os fiandeiros, os alfaiates, os vidreiros, os sapateiros, os oleiros, os funileiros, os carroceiros, os camponeses, os tropeiros, os caixeiros-viajantes, os pedreiros, os carpinteiros, os marceneiros,

os mecânicos de automóveis, os ferreiros, os açougueiros, os ferroviários, as costureiras, os confeccionadores de chaves, os cabeleireiros, os barbeiros, os tipógrafos, os telefonistas, os datilógrafos, os encadernadores, os desenhistas, os consertadores em geral (de rádio, TV, bicicleta etc.), as parteiras, os vendedores ambulantes etc.

Para Hobsbawm (1987) e Thompson (1987), o trabalho de ofício liga-se ao trabalho manual, artesanal, do artífice. Sua produção implica domínio técnico da atividade e utilização de ferramentas simples, apropriadas para cada ofício. O trabalho do artesão antecede o capitalismo manufatureiro e industrial. Embora os avanços da maquinaria, na atualidade, ele não sucumbiu totalmente, pois em se tratando da sociabilidade sempre vamos nos deparar com as categorias da tradição e da resistência. Geralmente, trata-se de profissões que, pelo tempo e os fatores de existência, não conseguiram se regulamentar, não garantindo a sua institucionalização em conselhos, sindicatos e associações, não assegurando o domínio público da própria *expertise*.

A reprodução social do trabalho de ofício ficava a cargo das corporações. O seu principal objetivo era o controle do mercado de trabalho dos ofícios mediante à certificação dos trabalhadores aptos a exercê-lo e à definição da conduta do futuro oficial. Ali a aprendizagem prescrevia por longos períodos formativos concretizados na relação mestre-aprendiz no espaço social da oficina. Inserido na tradição do conhecimento tácito e da pedagogia do *aprender fazendo*, o mestre ensinava o ofício ao aprendiz. Segundo Saviani (2007, p. 159), as profissões manuais requeriam “uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos [...] fundamentos teóricos”. Rugio (1998) comenta que a pedagogia do *aprender fazendo*, própria da relação mestre-aprendiz nas oficinas, vai além do aprendizado da produção em si e do seu método, transmitindo uma visão de mundo enquanto comportamento individual e coletivo.

Pouco a pouco, em decorrência das determinações econômicas, das mudanças nas formas de organização do trabalho e do consumo, e das próprias fragilidades da profissão e das relações profissionais, aquelas profissões entraram em crise, crise do poder profissional, crise da ética profissional, crise de confiança na formação do profissional, crise de filiação. Nesse sentido, de acordo com Aued (2000, p. 44), a questão “apresenta uma situação social paradoxal: de aumento da precarização do tecido social e incomensurável produção de riquezas na atualidade.” A questão aponta para as contradições da dinâmica da sociedade capitalista, que ora cria e ora extingue profissões, atividades produtivas e frações da classe trabalhadora, em razão dos interesses econômicos e políticos do processo civilizatório da modernidade e do capitalismo industrial e globalizado.

A IDENTIDADE DAS PROFISSÕES E DOS TRABALHADORES DE OFÍCIO EM VIAS DE DESAPARECIMENTO

O interacionismo simbólico contribuiu com os estudos da Sociologia das Profissões, introduzindo o caráter da socialização profissional. Esse modelo anuncia uma possibilidade de superação da ideia de homogeneidade da profissão, mostrando diversas e diferentes facetas que uma mesma profissão

poderá apresentar a partir da sua análise no contexto da nova configuração do trabalho e do emprego sob a lógica do capital.

Tendo como ponto de partida esse modelo analítico, procuramos, primeiramente, definir a noção de identidade e as suas formas de construção, buscando fundamentação nos estudos do sociólogo Claude Dubar; na sequência, tratamos de expor o tema da identidade das profissões e dos trabalhadores de ofício em vias de desaparecimento.

A NOÇÃO DE IDENTIDADE E AS FORMAS IDENTITÁRIAS

Para Dubar (2006, p. 85), identidades profissionais são “maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho ou do emprego.” Como a identidade nunca se apresenta como dada, mas construída nas determinações históricas demandadas pela sociedade, a noção da reconfiguração do trabalho, do emprego e das relações profissionais remete para uma fase conturbada e difícil vivida por um grupo ou por um indivíduo. “A semelhança das crises econômicas, as crises de identidade podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da atividade” (DUBAR, 2005, p.14). Portanto, a compreensão das identidades passa, necessariamente, pela compreensão das contradições internas à estrutura social.

Dubar nos remete ao estudo sobre a origem da noção de identidade profissional, através de duas correntes do pensamento: o essencialismo e o existencialismo. Na primeira, identidade é concebida na crença nas essências, nas substâncias que se apresentam originais e imutáveis. Essa corrente foi teorizada originalmente por Parmênides, no século X a.C., com base na premissa “o ser é, o não ser não é”. A essência do ser, ou seja, sua identidade, está naquilo que o diferencia dos demais seres. Parmênides exclui a mudança do e no ser. No existencialismo, a identidade é submetida a constantes mudanças, sobretudo da época em que o ser se insere. Essa corrente foi teorizada por Heráclito, no século VI a.C., fundada na premissa: “Não se pode tomar banho duas vezes no mesmo rio”. Portanto, “tudo flui”.

A noção de identidade é o resultado de uma identificação contingente – de diferenciação e de generalização. A identidade é diferença; a diferença de alguém em relação a outro alguém; a identidade é a pertença comum. Em síntese, identidade é aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado pelo indivíduo em determinado contexto.

Há um movimento de transição de um modo de identificação para outro. Processos históricos, coletivos e individuais, alteram a configuração das formas identitárias, definidas como modalidades de identificação, tanto dos outros como de nós mesmos.

Não há concordância da noção de formas identitárias entre sociólogos, historiadores e antropólogos. Dubar apresenta três construções teóricas diferentes: a política, a simbólica e a econômica.

A abordagem política tem origem epistemológica em Émile Durkheim (1858-1917). O conceito de fato social é bem evidenciado nesta abordagem:

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1971, p. 11).

A sociedade define mecanismos exteriores de socialização, legitimação e controle social, estabelecendo a ordem por meio da coerção sobre o indivíduo.

Esta abordagem da socialização profissional foi desenvolvida por Norbert Elias (1897-1990), que concebe identidade enquanto processo de civilização, a passagem de formas coletivas para formas individuais de identificação. Para ele, a configuração nós-eu é a categoria central de análise das formas identitárias:

O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de 'sociedade' [...], não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a rede interdependência por eles formada (ELIAS, 1994, p. 249).

Nesta perspectiva, a sociedade é constituída “de numerosas pessoas interdependentes, formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si” (*idem*, p. 249). Não existe, portanto, identidade do eu sem identidade do nós, o nós societário. A identidade do eu pode se vincular ao lugar herdado e, sendo assim, uma submissão a um código social ou a uma posição hierárquica que, geralmente, confere reconhecimento social ao indivíduo. A socialização ocorre na reprodução de papéis considerados de tradição comunitária ou de provas sancionadas pelo poder político.

A **abordagem simbólica** tem sua base teórica na sociologia compreensiva de Max Weber (1864-1920). Weber não trabalha com a noção de identidade. Este pensador parte da análise compreensiva da ação social que “designará toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou de omissão do agir” (WEBER, 2002, p. 9). Para captar a significação, retratadas por Dubar como formas identitárias, Weber cria a categoria das formas comunitárias e societárias. Nas primeiras, as relações sociais se sustentam no sentimento subjetivo (tradicional ou emocional) de pertença a uma coletividade; e, nas segundas, as relações sociais ocorrem no compromisso ou no interesse racionalmente motivado (em relação aos valores ou em relação aos fins).

Ainda, é no século XVIII, no Ocidente, segundo Weber, que o processo de racionalização influenciado pela religião vai fazer do trabalho um meio racional a salvação do indivíduo. Trata-se da lógica metodológica construída por Weber para explicar a sociedade moderna, isto é, os dois tipos ideais: o espírito do capitalismo e a ética protestante. Neste modelo, o indivíduo se encontra preso às redes do mercado, que normatizam a ação econômica. Esse ganho, legítimo e racional, deve resultar da profissão do indivíduo, do trabalho profissional: a “profissão como dever” (*idem*, p. 47), como uma “vocação” com fim em si mesma.

A “vocação” para o trabalho profissional tem um sentido religioso na sociedade capitalista: “é aquilo que o ser humano tende a *aceitar* como desígnio divino, ao qual tem de “se dobrar” – essa nuance eclipsa a outra ideia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus” (WEBER, 2004, p. 77). Em síntese, o indivíduo que tornar *habitus* a ética do trabalho, levará uma vida disciplinada e cristã, sem desperdícios, o que resultará em enriquecimento dos seus bens materiais, em lucratividade. Aqui o comportamento do protestante representa uma forma racionalizada de vida necessária para o desenvolvimento da sociedade.

No século XX, a mundialização dos mercados financeiros, a globalização das trocas econômicas e a atração dos modos de vida ligados ao consumo, suscitaram, também, novos movimentos sociais, não localizados, mas universais. Essas formas produziram identidades diferentes daquela do homem de negócio.

A **abordagem econômica** tem sua centralidade teórica no pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A principal categoria para a análise das formas identitárias é os tipos de formação social na história da luta de classes. Marx e Engels (2005, p. 40) afirmam que:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

O capitalismo nascente, feito pelos comerciantes convertidos em industrialistas, encontrou uma força de trabalho livre para produzir, explorar e extorquir o sobretabalho, expropriando o valor da força de trabalho em benefício da propriedade privada e do seu lucro. Para Marx e Engels (idem, p. 51), “a condição da existência do capital é o trabalho assalariado.” O antagonismo entre capital-trabalho é um antagonismo de classes fundamental, que tem na estrutura hierárquica do capital o domínio da maioria da sociedade.

Neste sentido, a identidade burguesa estaria vinculada à exploração econômica e ao poder de classe social. Como a classe trabalhadora é aliada da constituição da identidade burguesa e da configuração da sociedade moderna, ela torna-se uma ameaça, um perigo à ordem social. Os trabalhadores constroem, assim, uma nova forma identitária, diferente da burguesa e diferente daquela dos trabalhadores de ofício, servos e artesãos das sociedades pré-capitalistas: seus filhos não vão para a escola; suas mulheres são recrutadas para a produção; os locais de trabalho não mais se confundem com o espaço familiar e comunitário; e os trabalhadores, inicialmente, resistem às máquinas. Marx e Engels (1989, p. 148) esclarecem os sintomas do capital na formação identitária do trabalhador:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (*grifos dos autores*).

À medida que o trabalho também produz o trabalhador como uma mercadoria, esse se aliena da própria atividade vital perdendo-se na sociabilidade, ou seja, na objetivação da vida genérica. É importante dizer, contudo, que dentre os trabalhadores, conforme explica Dubar (2006), não há uma forma identitária única. No conjunto da classe, encontraremos o trabalhador contestatário (sindicalizado, simpatizante ou militante do partido socialista ou comunista), o trabalhador integrado (fração que ambiciona subir na empresa, galgando níveis na hierarquia profissional e na condição salarial) e o trabalhador resignado (aquele que desistiu do trabalho e do emprego).

Dubar se posiciona por duas formas identitárias intermediárias, ou seja, a aliança do “nós comunitário” e de uma forma de eu íntima e voltada para o interior (forma reflexiva) e a combinação do “nós societário” do tipo estatal,

burocrático e institucional com uma estrutura do eu do tipo estratégico, orientada para o exterior (forma estatutária). O primeiro impõe normas, papéis e regras, que são reproduzidas por tradição, de geração a geração. O segundo nada impõe, oferece oportunidades, referências e recursos para o indivíduo construir-se na ação coletiva. O “societário” diferencia, singulariza, mas não determina, assim como o “comunitário” o faz. A identidade que Dubar (2006, p. 159) chama de “reflexiva”, não se faz isoladamente, “necessita de experiências relacionais que constituam ao mesmo tempo oportunidades e provações.” Para ele, há algo em comum na socialização profissional: o serviço prestado à sociedade, a vocação, o status, a autoridade e a visualização da profissão.

TRABALHO, PROFISSÕES EM VIAS DE DESAPARECIMENTO E IDENTIDADE DOS TRABALHADORES DE OFÍCIO

A proposta de análise crítica do processo do desaparecimento das profissões se encontra fundamentalmente entrelaçada aos processos econômicos e sociais que são marcados tanto pela invenção como pela obsolescência dos modos de organização e produção da objetividade da vida. Cunha (2002, p.12) completa a constatação:

Esse tipo de mudança converge com as expectativas de muita gente, com a valorização relativa de uma atividade diante das outras. Essas expectativas compartilhadas encontram uma correspondência e reforçam a pretensão ao monopólio no exercício de certas atividades, ao que corresponde, também, o monopólio de formação de novos profissionais, vale dizer de sua própria reprodução social ampliada.

É neste plano que indagamos: como fica a identidade de um trabalhador que se preparou e exerceu uma determinada profissão (por curto, médio ou longo período) diante do seu desaparecimento?

As profissões e as trajetórias dos trabalhadores se inserem no movimento histórico da sociedade e uma “identidade nunca está adquirida, está sempre em busca dela própria, sempre exposta às mudanças e aos questionamentos” (DUBAR, 2006, p.192). Profissões sempre existiram; trabalhadores, igualmente. Mas nem sempre assim foram denominados. As noções de profissão e trabalhador remetem ao contexto da modernidade e do capitalismo emergente. Tais noções se consolidam neste modelo econômico e se entrecruzam em suas diversas crises e refundações.

As trajetórias profissionais e dos trabalhadores resultam deste movimento dialético, de positividade e negatividade, de surgimento e desaparecimento, de criação e recriação, de construção e mudança, enfim, de humanidade e desumanidade. Profissões são extintas, novas profissões são criadas e, outras, ainda, em determinados períodos e sociedades, poderão se apresentar em fase de extinção. Uma atividade produtiva, uma atividade profissional e o produto dela gerado, serão imprescindíveis em um contexto e, prescindíveis, no outro. Entretanto, os seus sujeitos, os profissionais e trabalhadores “nunca renunciam facilmente àquilo que adquiriram, lutam para preservar a situação em que se encontram” (AUED, 2000, p. 53) e, quando possível, reproduzi-la, mesmo tendo a consciência que o cenário aponta para uma descontinuidade e ruptura da formação e da inserção da profissão. Certamente, também, ninguém renuncia facilmente àquilo que requereu investimento, tempo e esforço, o que não pode deixar de ser, social e historicamente, considerado e reconhecido.

É claro que numa sociedade conflitual e contraditória como a brasileira, na qual o desemprego, o subemprego, a precarização, a degradação salarial, a

mobilidade profissional forçada, a fragmentação da classe trabalhadora, a concorrência generalizada e o controle monopolista sobre alguns setores profissionais são determinantes da vida social, existirá uma ofensiva, na intenção última, de anular a noção de identidade do sujeito como agente histórico, o desresponsabilizando de fazer história e de fazer-se na história, respondendo pelas escolhas assumidas coletivamente e, sempre que necessário, contribuindo na criação de novos rumos. Conforme expõe Dubar (2006, p.188):

A explosão do desemprego, a transformação das formas de trabalho e das relações profissionais foram assimiladas aos movimentos do capital, à destruição criadora das formas de actividades económicas e ao que se apelida como processo de mundialização.

As identidades de ofício, patenteadas pelo “nós comunitário” da sociedade pré-capitalista, que permitia uma identificação coletiva, uma socialização do eu integrada aos laços coletivos, com o avanço da maquinaria e da técnica, a reestruturação produtiva e os novos padrões de consumo, foram e estão desvalorizadas, em crise de não reconhecimento, desestruturadas.

Para sobreviver, todos se mobilizam. Alguns profissionais e trabalhadores com identidades de ofício têm procurado, cada vez mais, formação e qualificação através da *expertise* e da filiação profissional, com o objetivo final da reinvenção das formas de produção da sua atividade, disseminando práticas próprias que expressam tentativas de solução da problemática imposta pelo capitalismo em curso e da incorporação de novos elementos da socialização profissional em suas identidades. Outros, no entanto, caíram na individualização e no isolamento, mantendo-se no mercado por meio de uma clientela assídua que os reconhece e que dificilmente prescindiria das suas atividades profissionais. De um modo geral, na atualidade, estes profissionais e trabalhadores mantêm pouca filiação e organização em associações e sindicatos. As categorias que construíram espaços institucionalizados de apoio, luta e resistência os conservam, não raro, na memória ou os transformaram em espaços sociais, de cultura e de lazer.

Independente de uma vida profissional e de trabalho inserida ou isolada socialmente, tais profissionais e trabalhadores carregam em suas identidades aspectos do velho e do novo, do arcaico e do moderno, constituindo a história do trabalho, das profissões e dos trabalhadores no movimento do real, logo, da sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a perspectiva histórico-dialética, o movimento do real sempre se mostra em suas múltiplas determinações. Entendemos, assim, que a categoria da totalidade necessariamente deve ser evidenciada na análise da relação trabalho-profissão-emprego. De acordo com Kosik (1989, p.42),

a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes.

Neste direcionamento, a identidade das profissões e trabalhadores de ofício só pode ser apreendida quando inserida no debate da centralidade do trabalho como principal fundamento da sociabilidade. O momento histórico requer esta densa reflexão.

O capital não é uma “mera coisa”, é um modo dinâmico de controle que atinge toda a sociabilidade. Ele faz avançar o que lhe beneficia e faz recuar o que entende como prejudicial ao seu fim último, a reprodução da propriedade privada, do dinheiro e da mercadoria. O seu dinamismo transformou a riqueza do gênero humano em acúmulo de mercadorias, a luta de classes em ação do indivíduo e a noção de trabalho, enquanto atividade vital da existência individual e coletiva, aquilo que existe de único em cada sujeito e, ao mesmo tempo, aquilo que é por ele partilhado socialmente, em vocação, esforço, disciplina e competência enquanto livre arbítrio. É Marx (2006, p. 483) quem explica que:

a máquina, em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse. [...] toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. [...]. A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão.

A oposição capital-trabalho é reconhecida na ação diferenciada dos indivíduos (industrialista ou trabalhador) e no acesso diferenciado aos meios de produção, às relações de produção e aos padrões de consumo. A atual organização do trabalho e do emprego sobrepõe a competência para a atividade profissional (que é individual) à objetividade das determinações da vida social, às relações de trabalho e à universalidade dos princípios que orientam a condução de um projeto de coletividade. Não raro, a profissão é vista como um dever do indivíduo para consigo, uma ética de vida geradora de “ganhos”, sucesso e empregabilidade que, em última instância, regula o capital para alguns e produz a barbárie para a maioria.

Para nós, profissionais e pesquisadores do campo das Ciências Humanas e Sociais, permanece a tarefa investigativa que supere a racionalidade instrumental pela ampliação e fortalecimento da racionalidade crítica na perspectiva daquilo que, talvez, possamos conceber ainda como modernidade. Agregar novas particularidades ou reconhecer aquelas que por algum motivo permaneciam ocultas, não pode significar a ruína da humanidade, isto é, do trabalho como atividade vital da sociabilidade.

Concluindo: a força e a atualidade da categoria trabalho se produzem e reproduzem a história da sociedade e da identidade das profissões e dos trabalhadores. Cabe, como sugere Dubar (2006, p. 94), “simplesmente tentar interpretar o sentido do processo histórico em curso.” A ideia da indústria, da maquinaria e da ciência, como construtores da modernidade, objetivando a ruptura com a oficina, a ferramenta, o trabalho de ofício (espontaneamente nos laços comunitários) e a manufatura permanece em processo de desenvolvimento no movimento do real. As profissões e trabalhadores de ofício existem ou existiram; tiveram ou têm alguma utilidade; são ou foram partícipes da sociedade; reproduzem ou reproduziram, por meio do trabalho vivo, necessidades demandadas pelo capital e pela própria classe trabalhadora. A ofensiva do capital válida ou inválida o trabalho, as profissões e os trabalhadores de ofício, ou seja, os reconhecem ou os anulam socialmente seguindo os interesses do mercado. O novo e o velho, o moderno e o arcaico se fazem presentes em todas as dimensões da sociabilidade porque, de alguma maneira, servem à ordem do capital. Concordamos com Aued (2005, p. 45): “O movimento que engendra situações como o desaparecimento das profissões, [...], não é episódico nem circunstancial e passageiro.” Portanto, não faz sentido, não existem motivos para uma abordagem sociológica que

pretenda a superação da sociedade do trabalho, pois a história dos homens e da sociedade é necessariamente a história do trabalho e dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AUED, Bernardete Wrublewski. Mudanças no mundo do trabalho: trajetórias profissionais em vias de desaparecimento e desemprego. In: LASSANCE, Maria Célia Pacheco *et al* (orgs). **Intervenção e compromisso social**. Orientação profissional, teoria e técnica. V.2 São Paulo: Vetor, 2005. p.45-66.
- AUED, Bernardete Wrublewski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: _____ (org.). **Educação para o (des)emprego**: (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.43-64.
- CUNHA, Luiz Antônio. Mediações na articulação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, UFMG, n.10, p.9-22, jan./jun.2002.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- _____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução: Andréa Stahel da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Maria Isaura Pereira Queiroz. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Vol. 1.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed. (rev.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 127-174.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 23 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro I, Vol. 1.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx & Engels**: História. Tradução: Viktor Von Ehrenreich. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 146-181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- RUGIO, Antonio Santoni. **Nostalgia do mestre aprendiz**. Tradução: Maria de Lourdes Tombaschia Menon. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, v.12, p.152-165, n.34, jan./abr.2007.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Durkheim, Weber e Marx. 2 ed. Itajaí: Editora UNIVALI, 2002.
- STEVENS, Garry. **O círculo privilegiado**: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Tradução: Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Brasília: Editora UNB, 2003.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Renati Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 2.
- WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Tradução: Rubens Ferreira Frias e Gerard Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.